

# O Povo e a Representação

24-I-51

Dos três poderes do Estado, dois — o Legislativo e o Executivo — são essencialmente políticos, pois éles é que determinam os rumos à Nação. Dos dois, o que maiores e mais numerosas raízes tem no povo, o que verdadeiramente o representa e encarna, é o Poder Legislativo. Tradicionalmente, denominam-se os seus membros representantes do povo. E, historicamente, toda vez que se verificou a autonomia entre povo e govêrno, este era o monarca, o poder executivo, nunca o parlamento, que, mais ou menos imperfeitamente, exprimia os anseios populares.

Pois em nosso País está-se verificando um fenômeno singular. O poder que goza da preferência, da indulgência, do respeito do povo não é o que diretamente o representa, o que resultou da luta secular pela liberdade, mas o que muitas vezes o oprimiu e explorou. Tudo se perdoa ao titular do Poder Executivo, nenhuma falta se desconta aos membros do Poder Legislativo.

Assim, o expirante govêrno do sr. Eurico Dutra tem-se tornado responsável por numerosos escândalos administrativos a começar pelo do resgate dos títulos da dívida brasileira. Apesar de denunciados pelas colunas da imprensa e da tribuna do parlamento, não fizeram moessa. O sr. Eurico Dutra continuou a ser o "honrado presidente", tão honrado quanto o ministro da Guerra que tolerou sem menos-cabo todos os escândalos do Estado Novo. Como o do Imperador nos "ominosos tempos da monarquia", a pessoa do Presidente da República é sagrada e inviolável. O que êle faz ou deixa que façam não o atinge. Pelo contrário, ao congresso, que representa mais diretamente o povo, que não dispõe de meios de compressão e corrupção, não se lhe perdoa o menor deslize. Até hoje carrega êle como um estigma a fraqueza de haver aumentado o subsídio dos seus membros. Clama-se contra a lentidão com que se elaboram os projetos de lei, o que na maioria dos casos é antes uma virtude, do que um vicio, mas sofrem-se as delongas com que o govêrno despacha os processos e a lentidão com que fornece ao Poder Legislativo as informações necessárias ao bom cumprimento da sua tarefa.

Verdadeiramente inclassificável tem sido o comportamento da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal. Não cremos que nenhum outro corpo representativo haja procedido com tamanha inconsciência. Mas contra ela se levantaram o clamor da imprensa, os vetos e as objurgatórias do Prefeito. Entretanto, este mesmo prefeito que se julgou com autoridade para verberar a Câmara, é responsável por iguais, senão maiores escândalos administrativos. E contra êle não se levantou nenhum clamor público; se alguns jornais o têm criticado, outros, em compensação, não cessam de entoar-lhe os mais entusiásticos louvores.

Há, pois, não se pode negar, uma predisposição geral favorável ao Poder Executivo e desfavorável ao Poder Legislativo. E' graças a ela que o sr. Walter Jobim, o mais inepto dos governadores, (embora, justiça se lhe faça, um dos menos violentos e arbitrários) teve o arrôjo de vituperar a Assembléia Legislativa do Estado, que, exemplo antes único, do que raro, dispondo de uma maioria capaz de opor todos os entraves ao govêrno, despiu-se, pelo contrário, de toda preocupação facciosa e nenhuma dificuldade lhe criou. Nunca se viu uma maioria opositorista tão tolerante para com o govêrno que combatia. Para não parecer que lhe estivesse criando dificuldades, abstinha-se algumas vezes de criticar e impugnar. Chegando, porém, ao termo do seu mandato, precisava o Governador de um bode espiatório, que carregasse as omissões, as faltas, os erros, as culpas, enfim, todo o passivo do seu govêrno. Quem melhor, para isto, do

que a Assembléia Legislativa, este poder que o povo ama tão pouco, apesar de filho das suas entranhas?

Mas, por que tamanha severidade, ao lado de tanta complacência? Por que, inversamente aõ que seria de esperar, ama mais o povo o Executivo, que o Legislativo? Eis aí uma grave e importante questão. Se a houveramos de resolver perfuntoriamente, diríamos que o povo brasileiro não ama a democracia. Pois, se o que caracteriza o sistema democratico é a representação popular, se esta é essencial ao regime, não ama evidentemente democracia o povo que desama a sua propria representação e, em vez de procurar emendá-la e melhorá-la, predispõe-se antes a aceitar-lhe a supressão. Ninguém pensa em extinguir a Presidência da República, por causa dos abusos dos Presidentes; igualmente absurdo seria suprimir a instituição parlamentar, por causa dos defeitos de algum parlamento. Todavia, a esta conclusão absurda parece chegar muita gente neste país, esquecendo a advertência de Cavour, que a pior das Câmaras é preferível à melhor das ante-câmaras.

Ficará, porém, para outra ocasião aprofundar a análise do estranho fenômeno.